



ANFUP- Associação Nacional dos Funcionários das Universidades Portuguesas

DESIGNAÇÃO DA ACÇÃO

O REGIME DE FALTAS NA LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS

Objetivos

Melhorar o desempenho dos participantes na execução das formalidades processuais através de exercícios práticos relativos ao regime de faltas, aplicáveis aos trabalhadores a exercer funções públicas.

Programa

Conceitos sobre assiduidade e pontualidade e suas implicações no exercício de funções. Análise pormenorizada do regime dos vários tipos de faltas reguladas pela Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP) conjugada com o Código do Trabalho (CT), bem como os trâmites dos respetivos processos.

Reflexo na situação funcional, nomeadamente nos abonos, no direito a férias, na contagem de tempo de serviço para antiguidade e aposentação.

Comparação dos efeitos de algumas faltas relativamente aos trabalhadores do regime de proteção social convergente e do regime geral da segurança social.

Consequências da não justificação das faltas.

As regras da parentalidade previstas no Código do Trabalho: análise de cada uma das situações.

Trabalhadores

Trabalhadores com interesse e responsabilidade na execução de tarefas neste domínio e que pretendam atualizar os seus conhecimentos.

Metodologia de formação

Recurso aos métodos expositivo, interrogativo e demonstrativo



Formas de organização

Presencial

Recursos pedagógicos

Documentação de apoio; PC; Ligação à internet (por cabo); Marcadores; Quadro Videoprojetor

Metodologias de avaliação

Inicial: Diagnóstica (questões para aferição do nível de conhecimentos), contínua formativa (oral durante a sessão). De conhecimentos, no final da ação a realização de um teste escrito com perguntas, de escolha múltipla, com 3 hipóteses à escolha, com pontuação máxima de 20 valores e de reação (questionário individual e debate assistido)

Duração da ação - 7 horas

Datas da realização – a indicar quando o número de inscritos o justificar

Custo- 70€

Formador - Arnaldo Azevedo